

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Campus / USP Class.: Amazônia / Internacionalização

Data: 03/06/92

Pg.: 2

96

A farsa Amazônica e a ECO-92

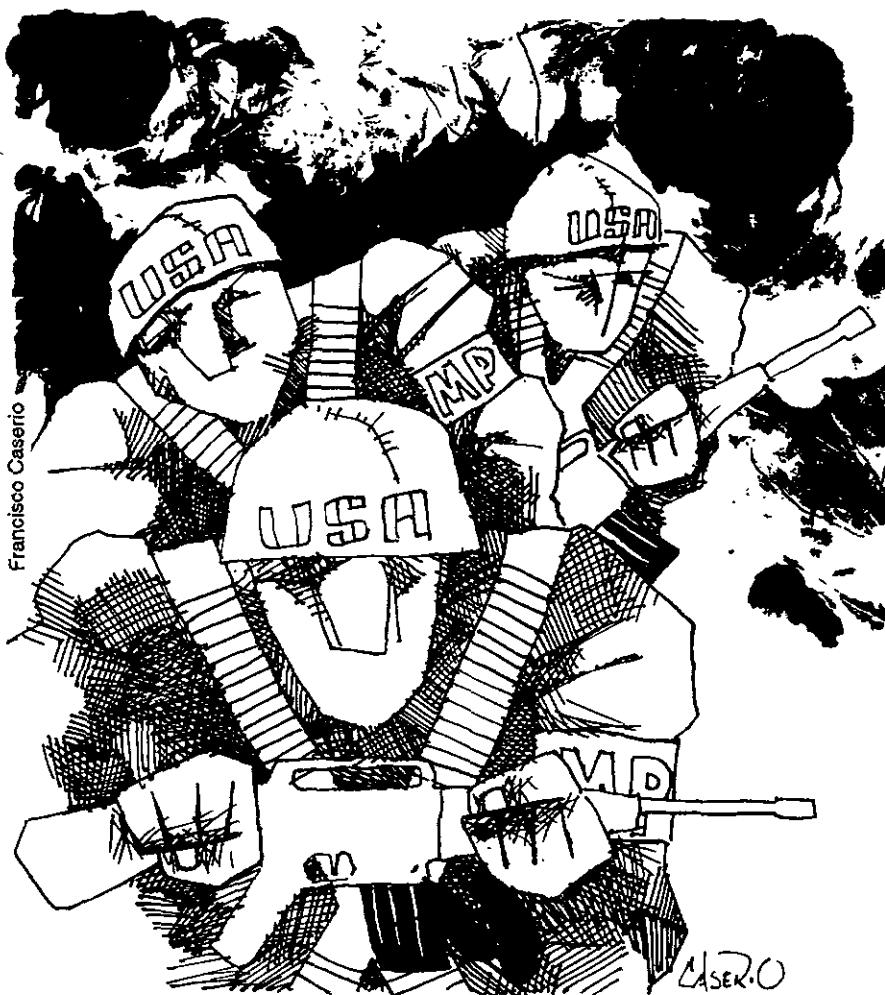
José Arbex

Repórter especial da "Folha de S. Paulo"

A região amazônica é a coqueluche da ECO-92, marcada para junho no Rio. Não é acaso. Drenada pela maior bacia hidrográfica do mundo, a Amazônia Internacional tem área quase igual à do Brasil (7 milhões de km², dos quais 5 milhões são cobertos por florestas), e compreende os territórios do Suriname, Guiana e Guiana Francesa, parte do Peru, Bolívia, Equador e a metade do Brasil. Os dados mostram sua extraordinária importância geopolítica. Apesar disso, o governo Collor adotou uma política de internacionalização da Amazônia brasileira sem que a Nação tenha se pronunciado sobre o tema.

A política de "internacionalização" é uma ruptura com a antiga doutrina militar para a Amazônia, "integrar para não entregar", sobre a qual tampouco a Nação opinou. Esta ruptura sequer passou pelo Itamaraty, órgão responsável pelas estratégias de política externa do Brasil. Foi uma decisão adotada diretamente pela Presidência. Não haveria nada de ilegítimo nisso, não fosse o fato da questão amazônica envolver muito mais do que um simples plano de desenvolvimento regional. O que se joga na Amazônia é o futuro das relações do Brasil e América Latina com as nações ricas.

Washington tem uma estratégia para a Amazônia, cujo corpo é dado pela Iniciativa Bush para as Américas. O presidente George Bush anunciou, em junho de 1990, um plano para a formação de um "mercado único do Alasca à Patagônia". Tomada em seu caráter abstrato, a idéia é interessante. A unificação dos mercados poderia impulsionar o parque produtivo das nações participantes. Mas nada é abstrato no reino da economia. A simples abertura de mercados implicaria a anulação dos precários e devedores latino-americanos ao poderoso credor do norte. É neste contexto que Wa-



shington propõe a equação amazônica (condicionar parte da dívida à "cooperação" em investimentos na região).

Mas Washington não se limita ao enunciado da doutrina. Desde a invasão do Panamá (20 de dezembro de 1989) está em curso uma operação de crescente intervenção na Amazônia. Sob o pretexto de combater o narcotráfico (antes era a "subversão comunista"), Washington vem enviando "assessores militares" ao Peru, Bolívia e Colômbia, para ficar nos oficialmente conhecidos. A militarização do combate ao narcotráfico, proposta por Bush, foi denunciada até pelo almirante Mário Flores, ministro da Marinha do Brasil, como expressão de uma política que, no limite, questiona o con-

trole nacional sobre a Amazônia.

A definição de uma postura sobre a Amazônia passa, portanto, por uma discussão sobre o lugar que se pretende para o Brasil entre os Estados do mundo. O fato de que a Presidência, sem consultar a Nação, tenha adotado uma política (bastante questionável) de internacionalização - não importa com quantas ressalvas retóricas sobre a preservação da soberania -, já coloca o Brasil numa condição passiva na ECO-92. Mesmo na hipótese longínqua de que a conferência consiga concluir algum plano concreto, só restará aos brasileiros acatar aquilo que o Planalto tenha determinado. Se a matéria-prima do futuro é o presente, as perspectivas não são nada boas para o país.